



PROCESSO DE PROMOÇÃO | QUADRO DO MAGISTÉRIO – 2023

013. PROVA OBJETIVA

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – FILOSOFIA

(OPÇÃO: 013)

- Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 3 horas do início da prova.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

01. Em sentido amplo, a educação ocorre dentro e fora da escola, e esta não pode excluir nenhum de seus objetivos educacionais. No entanto, conforme Soares (in Carvalho *et alii*, 2007), a escola deve

- (A) destacar o desenvolvimento de uma visão empreendedora nas novas gerações, capacitando-as a adquirir autonomia financeira.
- (B) enfatizar a aquisição de competências cognitivas, que não podem ser adquiridas em outros ambientes.
- (C) focar no preparo dos estudantes para a vida profissional, auxiliando-os a lidar com problemas de relacionamento.
- (D) priorizar o ensino de habilidades de convivência em sociedade, para que haja mais respeito às pessoas em situação de vulnerabilidade social.
- (E) ressaltar o desenvolvimento de capacidades emocionais, que, na atualidade, são mais relevantes que o ensino de conteúdos teóricos.

02. Conforme o documento “Conselhos escolares: democratização da escola e construção da cidadania” (2004), se considerarmos a contribuição fundamental da escola pública para a construção de uma cidadania participativa e a tomarmos como uma construção permanente e coletiva, veremos que os Conselhos Escolares são, primordialmente,

- (A) a sustentação de currículos escolares que estabelecem as disciplinas obrigatórias para os alunos, visando à formação crítica e autônoma deles.
- (B) a base de regimentos escolares que apresentam de forma clara e objetiva as normas que contribuem para um funcionamento harmonioso da instituição de ensino.
- (C) o sustentáculo de projetos político-pedagógicos que permitem a definição dos rumos e das prioridades das escolas numa perspectiva emancipadora.
- (D) o suporte central de planos de aula que detalham as atividades diárias e os objetivos pedagógicos das turmas, em cada etapa de escolaridade.
- (E) o respaldo de atas de reuniões pedagógicas que documentam as discussões sobre a execução das atividades didáticas, em reflexões educacionais coletivas.

03. Na transição dos anos iniciais para os finais do ensino fundamental, devido a todas as mudanças que ocorrem, há que se ter o cuidado para que o processo de aprendizagem não seja fragilizado. Assim sendo, conforme o Currículo Paulista (2019), é necessário que os professores

- (A) priorizem uma abordagem centrada nos conteúdos curriculares, para que os alunos desenvolvam uma rotina de estudos com foco.
- (B) assumam uma postura moderadora e orientadora, direcionando as atitudes dos estudantes e controlando as ações nas aulas.
- (C) mantenham um foco maior nas avaliações formais, internas e externas, garantindo que o desempenho escolar melhore continuamente.
- (D) imponham uma abordagem autoritária com os estudantes, visando garantir o respeito às regras do regimento escolar.
- (E) estabeleçam uma relação sensível e compromissada com os estudantes, a fim de construir um ambiente de confiança e respeito.

04. O diretor de uma escola convoca um professor para uma reunião de *feedback* após a realização de uma atividade com os alunos. Durante a conversa, o diretor diz:

Professor, sua aula teve aspectos positivos, mas talvez seja interessante tentar algo diferente da próxima vez. Acho que alguns pontos poderiam ser mais claros, mas, no geral, foi um bom trabalho. Apenas continue tentando, você vai melhorar com o tempo.

Conforme Williams (2005), esse tipo de *feedback* pode ser classificado como

- (A) corretivo, pois o diretor tem o objetivo de modificar um comportamento, detalhando e fornecendo direções claras sobre como melhorar o desempenho.
- (B) motivacional, pois o diretor encoraja o professor a continuar com o trabalho, mesmo quando há algumas áreas a melhorar.
- (C) insignificante, pois o diretor não transmite informações claras, úteis e específicas, dificultando a compreensão do que deve ser alterado.
- (D) proativo, pois o diretor oferece orientações antes que um erro aconteça, com o objetivo de evitar problemas no futuro.
- (E) positivo, pois o diretor busca reforçar um comportamento que deseja que se repita, com sugestões concretas para melhorias práticas.

- 05.** No estado de São Paulo, conforme o documento “Política de Educação Especial do Estado de São Paulo”, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é disponibilizado nas seguintes formas:
- (A) Salas de Recursos; Modalidade Itinerante.
 - (B) Centros de Auxílio Educacional; Assistência Móvel.
 - (C) Unidades de Suporte; Apoio Educacional Ambulante.
 - (D) Espaços de Apoio; Apoio Educacional Descentralizado.
 - (E) Pontos de Reforço Pedagógico; Acompanhamento em Locomoção.
- 06.** Ao tratar da inclusão escolar, Mantoan (2015) afirma que, na visão inclusiva que defende,
- (A) a coordenação pedagógica cria programas escolares individualizados, de acordo com a deficiência de cada aluno.
 - (B) o aluno é quem se adapta ao novo conhecimento e só ele pode regular o processo de construção intelectual.
 - (C) os gestores predeterminam a extensão e a profundidade dos conteúdos a serem construídos pelos alunos com deficiência.
 - (D) os currículos e as atividades escolares são adaptados para alguns alunos, a fim de que possam evoluir como os demais no ensino regular.
 - (E) os professores reduzem os objetivos educacionais em relação aos alunos com deficiência, para compensar suas dificuldades de aprender.
- 07.** Conforme Azambuja e Silva (2024), no cenário de hibridização dos processos de ensino-aprendizagem das instituições educacionais com a Inteligência Artificial (IA), os educadores humanos
- (A) restringirão o uso de IA pelos alunos, evitando que os sistemas automatizados substituam completamente a interação humana.
 - (B) priorizarão as interações digitais, mantendo as interações presenciais com os alunos em momentos pontuais, quando houver necessidade.
 - (C) aceitarão que a IA substitua suas explicações e orientações, concentrando-se somente em atividades manuais, de modo a otimizar o tempo.
 - (D) desempenharão um papel vital no fomento do pensamento crítico, da criatividade, da compaixão e da colaboração entre os estudantes.
 - (E) poderão delegar todas as tarefas pedagógicas às ferramentas de IA, concentrando-se na avaliação de resultados e no *feedback* aos estudantes.
- 08.** No tópico em que discute a “Cultura do erro”, Lemov (2023) afirma que os professores que são mais capazes de diagnosticar e resolver erros rapidamente fazem da verificação da compreensão um esforço compartilhado entre eles e seus alunos. Neste sentido, o termo _____ é frequentemente usado para descrever um ambiente no qual os participantes são tolerantes ao risco.
- Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.
- (A) respeito acadêmico
 - (B) liberdade intelectual
 - (C) motivação relacional
 - (D) comunicação empática
 - (E) segurança psicológica
- 09.** Em uma escola pública, alguns alunos vandalizaram o ambiente, quebrando vidros, destruindo carteiras e danificando equipamentos. Esse ato de vandalismo prejudicou o patrimônio e gerou um clima de insegurança no local. Conforme Ceccon *et alii* (2009), quando eventos assim ocorrem, precisamos adotar procedimentos que os interrompam imediatamente. Em seguida, temos que
- (A) buscar soluções que, se aprovadas pelo conselho escolar, se concentrem em recompensas para aqueles que denunciarem os vândalos.
 - (B) adotar ações que, com a ajuda dos pais, priorizem a restauração da escola e a separação dos envolvidos, evitando o contato entre eles.
 - (C) recorrer a medidas que, a curto e médio prazo, dirijam-se a suas causas e restaurem o que foi quebrado ou perdido com a violência.
 - (D) implementar estratégias que, de forma eficaz, possibilitem a identificação dos responsáveis e a punição exemplar de todos os envolvidos.
 - (E) utilizar procedimentos que, em comum acordo, possibilitem a criação e a imposição de regras rígidas para impedir futuros episódios de violência.
- 10.** Conflitos organizacionais são aqueles que envolvem pessoas no desempenho de papéis dentro de uma determinada instituição. Numa escola, eles podem envolver professores, funcionários e gestores, ou professores, gestores e representantes da Secretaria de Educação. Louis Pondy (in Ceccon *et alii*, 2009) identifica algumas causas dos conflitos em organizações como as escolas, entre elas, a seguinte:
- (A) competição por recursos limitados.
 - (B) choque de gerações.
 - (C) ambiente físico inadequado.
 - (D) boatos ou fofocas nos bastidores.
 - (E) falta de clareza na divisão de responsabilidades.

11. Os adolescentes, além de portadores de entusiasmo e de vitalidade para a ação, são dotados também de pensamento e de palavra. Conforme Costa e Vieira (2000), enquanto educação para a participação democrática, o propósito do protagonismo juvenil é
- (A) fomentar nos educandos a obediência às regras escolares como objetivo principal da educação, visando à padronização das condutas e dos comportamentos.
 - (B) preparar os educandos para exercerem funções públicas, após se filiarem a partidos políticos, a fim de combaterem as injustiças e desigualdades sociais.
 - (C) organizar as práticas pedagógicas para que os educandos desenvolvam habilidades técnicas específicas, voltadas ao ingresso imediato no mercado de trabalho.
 - (D) construir um ambiente educativo em que o foco principal seja a assimilação consistente de conteúdos curriculares, priorizando a dimensão cognitiva.
 - (E) criar condições para que o educando possa exercer, de forma criativa e crítica, essas faculdades na construção gradativa de sua autonomia.
12. De acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, art. 208, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de, entre outros:
- (A) oferta de ensino noturno regular, adequando-se o educando às condições oferecidas pelo estabelecimento de ensino.
 - (B) acesso aos níveis mais elevados do ensino mediante análise do histórico escolar.
 - (C) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.
 - (D) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em centros de educação especial.
 - (E) progressiva universalização dos ensinos médio e superior obrigatórios e gratuitos.
13. Na educação básica, nos níveis fundamental e médio, conforme a Lei Federal nº 9.394/1996, art. 24, inciso V, em relação à verificação do rendimento escolar, é correto afirmar que haverá avaliação
- (A) linear e progressiva do desempenho do aluno, com aspectos quantitativos prevalecendo sobre os qualitativos ao longo do processo avaliativo, seguindo critérios claros e objetivos.
 - (B) contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.
 - (C) constante e sequencial do desempenho do aluno, considerando diversos instrumentos e garantindo maior transparência e comparabilidade dos resultados entre alunos da mesma turma.
 - (D) esporádica e complementar do desempenho do aluno, com a possibilidade de medição da evolução escolar com base em dados estatísticos e gráficos de notas obtidas em avaliações finais.
 - (E) pontual e alternada do desempenho do aluno, baseada prioritariamente em provas objetivas, aplicadas ao final de cada semestre, que permitam mensurar o avanço educacional.
14. Conforme a Lei nº 8.069/1990, art. 56, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicarão ao Conselho Tutelar os casos de, entre outros:
- (A) participação ativa em manifestações de protesto dentro do ambiente escolar.
 - (B) indisciplina e baixa participação nas atividades escolares e extraescolares.
 - (C) advertência e suspensão por comportamento inadequado em sala de aula.
 - (D) reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares.
 - (E) desempenho abaixo da média em avaliações internas e externas.
15. A Lei nº 16.279/2016 aprova o Plano Estadual de Educação (PEE) de São Paulo e dá outras providências. Conforme o art. 2º dessa Lei, é uma diretriz do PEE, entre outras:
- (A) valorização do princípio da gestão meritocrática da educação pública, com base em desempenho e produtividade.
 - (B) superação das desigualdades sociais, mediante parceria entre instituições públicas e privadas para auxílio a famílias carentes.
 - (C) incentivo da competitividade entre instituições públicas de ensino para elevar a qualidade da educação.
 - (D) universalização do ensino superior gratuito para toda a população estadual, com a construção de novas instituições de ensino.
 - (E) promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade étnico-racial e à sustentabilidade socioambiental.

16. Conforme a Lei nº 13.445/2017, art. 14, para o imigrante que pretenda vir ao Brasil para frequentar curso regular ou realizar estágio ou intercâmbio de estudo ou de pesquisa poderá ser concedido o visto
- (A) diplomático de pesquisa.
 - (B) temporário para estudo.
 - (C) de visita multicultural.
 - (D) de cortesia e investigação.
 - (E) oficial de enriquecimento científico.
17. O Decreto nº 6.949/2009 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Conforme o artigo 24 desse Decreto, os Estados Partes dessa Convenção assegurarão sistema educacional inclusivo em todos os níveis, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida, com o objetivo de, entre outros,
- (A) promover o máximo desenvolvimento possível da personalidade e dos talentos e da criatividade das pessoas com deficiência.
 - (B) priorizar o atendimento fora da escola regular para garantir maior atenção aos alunos com deficiência.
 - (C) segmentar o currículo para pessoas com deficiência, reduzindo os conteúdos oferecidos com base em suas limitações.
 - (D) estimular a dependência de apoio constante como forma de garantir a permanência no ambiente escolar.
 - (E) direcionar a educação das pessoas com deficiência ao desenvolvimento de habilidades acadêmicas básicas, deixando os aspectos sociais para o convívio familiar.
18. Conforme o Decreto nº 55.588/2010, assinale a alternativa com o procedimento correto quando uma pessoa transexual ou travesti se apresenta para atendimento nos órgãos públicos do Estado de São Paulo.
- (A) O nome escolhido pela pessoa transexual ou travesti não deve ser registrado nos atos administrativos.
 - (B) A pessoa deve ser tratada pelo nome de registro civil, e o prenome escolhido pode ser utilizado apenas em documentos administrativos internos.
 - (C) O servidor público pode optar por tratar a pessoa com o prenome indicado ou pelo nome civil, dependendo da situação.
 - (D) A pessoa deve ser tratada pelo prenome indicado por ela no momento do preenchimento do cadastro ou no atendimento.
 - (E) A pessoa deve ser tratada pelo nome de registro civil, independentemente de sua identidade de gênero.
19. Conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2004 (Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana), art. 4º, os sistemas e os estabelecimentos de ensino poderão estabelecer canais de comunicação com grupos do Movimento Negro, grupos culturais negros, instituições formadoras de professores, núcleos de estudos e pesquisas, como os Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros, com a finalidade de
- (A) promover intercâmbios institucionais com universidades estrangeiras para pesquisa e mobilidade acadêmica.
 - (B) revisar conteúdos curriculares com base em padrões nacionais e internacionais de desempenho escolar.
 - (C) formalizar parcerias com empresas privadas para a arrecadação de recursos financeiros, a fim de fortalecer as ações afirmativas.
 - (D) buscar subsídios e trocar experiências para planos institucionais, planos pedagógicos e projetos de ensino.
 - (E) compartilhar informações e buscar referências para a criação de livros didáticos e estratégias de avaliação da aprendizagem.
20. A Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário. Conforme a Resolução CNE/CP nº 1/2012, art. 5º, § 2º, as estratégias de acompanhamento das ações de Educação em Direitos Humanos serão definidas
- (A) pelos estabelecimentos de ensino.
 - (B) pelos docentes.
 - (C) pelos Conselhos de Educação.
 - (D) pelo Conselho de Escola.
 - (E) pelas Diretorias de Ensino.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins destacam que: “O “falar sobre o mundo” simbolizado pelo mito está impregnado do desejo humano de afugentar a insegurança, os temores e a angústia diante do desconhecido, do perigo e da morte. Para tanto, os relatos míticos sustentam-se na crença, na fé em forças superiores que protegem ou ameaçam, recompensam ou castigam. Entre as comunidades tribais, os mitos constituem um discurso de tal força que se estende por todas as esferas da realidade vivida” (2009. Adaptado).

Desse modo, para as autoras, quando o mito “falar sobre o mundo” são

- (A) propostas diferentes justificações racionais da religião.
- (B) utilizadas narrativas religiosas para compreender a realidade.
- (C) produzidas teorias explanatórias sobre relações causais.
- (D) conciliados princípios da fé religiosa e da razão científica.
- (E) buscadas explicações racionalmente justificadas sobre o real.

22. No livro *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein, Danilo Marcondes aponta: “É significativo que Tales de Mileto seja considerado o primeiro filósofo e que o pensamento filosófico tenha surgido não nas cidades do continente grego como Atenas, mas nas colônias gregas do Mediterrâneo oriental, no mar Egeu. Essas colônias, dentre as quais se destacaram Mileto e Éfeso, foram importantes portos e entrepostos comerciais. Eram cidades cosmopolitas onde reinava um certo pluralismo cultural, com a presença de diversas línguas, tradições, cultos e mitos” (2010. Adaptado).

No que diz respeito à origem da Filosofia, para o autor, o cosmopolitismo cultural promoveu

- (A) uma espiritualidade pluralista.
- (B) um questionamento da ética.
- (C) uma religiosidade dogmática.
- (D) um cientificismo emergente.
- (E) uma relativização dos mitos.

23. Como apontam Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins na obra *Filosofando*: introdução à filosofia: “O mito não se reduz a simples lendas, mas faz parte da vida humana desde seus primórdios e ainda persiste no nosso cotidiano como uma das experiências possíveis do existir humano, expressas por meio das crenças, dos temores e desejos que nos mobilizam. No entanto, hoje os mitos não emergem com a mesma força com que se impuseram nas sociedades tribais” (2009).

Segundo as autoras, na contemporaneidade, os mitos impõem-se diferentemente porque

- (A) o exercício da crítica racional permite rejeitar mitos que desumanizam.
 - (B) o mito aparece hoje como fonte de entretenimento para os jovens.
 - (C) a tradição religiosa contemporânea não depende de uma tradição mítica.
 - (D) os mitos foram substituídos por doutrinas religiosas mais enrijecidas.
 - (E) a crítica cultural progressista denuncia a utilização capitalista de mitos.
24. “Filósofos pré-socráticos, em muitos casos, certamente deixaram uma obra escrita, que conhecemos em parte, como p.ex. o *Poema de Parmênides*, e o tratado *Da natureza* de Heráclito. Entretanto, essas obras não sobreviveram integralmente. São duas as principais fontes de que dispomos para o conhecimento dos filósofos pré-socráticos: a doxografia e os fragmentos.”

(Marcondes, 2010. Adaptado)

Destaca Danilo Marcondes que a diferença entre essas duas fontes consiste em que

- (A) os fragmentos foram preservados em tabuletas de cerâmica enquanto a doxografia perdurou em pergaminhos.
- (B) os fragmentos apresentam sínteses do pensamento dos filósofos enquanto a doxografia abarca sua totalidade.
- (C) a doxografia diz respeito a opiniões negativas sobre doutrinas filosóficas enquanto os fragmentos são elogiosos.
- (D) a doxografia problematiza a tradição mitológica pré-socrática enquanto os fragmentos relatam os próprios mitos.
- (E) a doxografia é encontrada em citações de outros filósofos enquanto os fragmentos são textos do próprio filósofo.

25. O texto talvez mais famoso de Heráclito é o fragmento 91: “Não podemos banhar-nos duas vezes no mesmo rio, porque o rio não é mais o mesmo”. A tradição posterior teria acrescentado, “e nós também não somos mais os mesmos”. Esse fragmento sintetiza exatamente a ideia da realidade em fluxo, simbolizada pelo rio que representa o movimento encontrado em todas as coisas, inclusive, no caso do acréscimo, em nós. Alguns intérpretes chegam a ver nessa metáfora implicações para a questão do conhecimento, a impossibilidade de banhar-se duas vezes no mesmo rio indicando a impossibilidade de um acesso mais permanente ao real.

(Marcondes, 2010. Adaptado)

A noção de “realidade em fluxo”, inspirada no fragmento atribuído a Heráclito, suscita interpretações

- (A) absolutistas.
- (B) pampsiquistas.
- (C) essencialistas.
- (D) relativistas.
- (E) idealistas.

26. “Lembremos a figura de Sócrates. Procurado pelos jovens, passava horas discutindo na praça pública. Interpelava os transeuntes, dizendo-se ignorante, e fazia perguntas aos que julgavam entender determinado assunto: “O que é a coragem e a covardia?”, “O que é a beleza?”, “O que é a justiça?”, “O que é a virtude?”. Desse modo, Sócrates não fazia preleções, mas dialogava. Ao final, o interlocutor concluía não haver saída senão reconhecer a própria ignorância.”

(Aranha e Martins, 2009. Adaptado)

Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins apontam que, nessas conversações, Sócrates pretendia

- (A) ensinar o bom uso dos sentidos.
- (B) clarificar o conceito discutido.
- (C) legitimar o uso da sofística.
- (D) defender o governo da *polis*.
- (E) promover a didática perspectivista.

27. Ao analisar a dialética platônica, Danilo Marcondes afirma: “Embora represente um rompimento com o senso comum, uma superação da opinião, a dialética platônica tem como ponto de partida o senso comum e a opinião, submetidos a um reexame crítico. O filósofo não invoca uma revelação externa, uma inspiração, uma autoridade divina superior” (2010. Adaptado).

Com base na análise de Danilo Marcondes, o papel do filósofo consiste em

- (A) conduzir seu interlocutor a descobrir ele próprio a verdade.
- (B) justificar a verdade de crenças defendidas pelo senso comum.
- (C) educar o aluno de modo a merecer a remuneração paga.
- (D) ensinar o interlocutor a dominar as estratégias retóricas.
- (E) justificar racionalmente verdades reveladas pelos mitos.

28. Aristóteles aponta na *Ética a Nicômaco*: “Posto que todo conhecimento e prévia escolha objetivam algum bem, examinemos o que cumpre declararmos ser a meta da política, ou seja, qual o mais elevado entre todos os bens cuja obtenção pode ser realizada pela ação. No tocante à palavra, é de se afirmar que a maioria esmagadora está de acordo no que tange a isso, pois tanto a multidão quanto as pessoas refinadas a ela se referem como a felicidade” (2001).

Na *Ética a Nicômaco*, Aristóteles argumenta que a felicidade consiste em

- (A) obedecer aos costumes.
- (B) procurar o bem pessoal.
- (C) agir conforme a virtude.
- (D) defender o interesse geral.
- (E) buscar a segurança familiar.

29. Na obra *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein, Danilo Marcondes ressalta que: “Durante muito tempo a Idade Média foi conhecida como a “Idade das Trevas”, um período de obscurantismo e ideias retrógradas, marcado pelo atraso econômico e político do feudalismo, pelas guerras religiosas, pela “peste negra” e pelo monopólio restritivo da Igreja nos campos da educação e da cultura” (2010. Adaptado).

No entanto, segundo o autor, a concepção obscurantista da Idade Média desconsidera

- (A) as produções artísticas e filosóficas do período.
- (B) as ações militares em defesa da Terra Santa.
- (C) o impacto da centralização do poder político.
- (D) o papel das instituições no combate à heresia.
- (E) as circunstâncias sociais adversas da época.

30. Perguntam Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins a respeito da concepção platônica do conhecimento: “Como é possível ultrapassar o mundo das aparências ilusórias? Platão supõe que o puro espírito já teria contemplado o mundo das ideias, mas tudo esquece quando se degrada ao se tornar prisioneiro do corpo, considerado o “túmulo da alma”” (2009).

Aranha e Martins (2009) ressaltam que a resposta à pergunta levantada no excerto está ligada

- (A) ao raciocínio lógico.
- (B) ao método experimental.
- (C) à teoria da reminiscência.
- (D) ao materialismo dialético.
- (E) à ação comunicativa.

31. O principal nome da patrística, escola filosófica que floresce na alta idade média com grande influência do idealismo platônico, foi Agostinho (354-430), bispo de Hipona, cidade do norte da África. Durante toda a Idade Média, a aliança entre fé e razão na verdade significava reconhecer a razão como auxiliar da fé e, portanto, a ela subordinada.

(Aranha e Martins, 2009. Adaptado)

Como apontam Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins, a máxima que expressa a concepção de Agostinho sobre a relação entre fé e razão é

- (A) “busco provas para poder entender”.
- (B) “creio para que possa entender”.
- (C) “entendo, logo posso acreditar”.
- (D) “atuo caridosamente, então creio”.
- (E) “realizo o bem para poder acreditar”.

32. No livro *Iniciação à história da filosofia: dos pré-socráticos a Wittgenstein*, Danilo Marcondes afirma: “A estruturação lógica da argumentação de Tomás de Aquino, seu caráter fortemente sistemático e racional e a sequência com base na qual o argumento se constrói. Procura estabelecer sobre Deus 1) se sua existência é autoevidente, concluindo que não é autoevidente; logo, 2) precisa ser demonstrada, sendo necessário então estabelecer: 2a) se pode ser demonstrada e, em caso afirmativo, 2b) como (2010. Adaptado).

Danilo Marcondes ressalta que, para Tomas de Aquino, a existência de Deus

- (A) pode ser demonstrada por ser Deus causa material.
- (B) pode ser objeto de crença, mas não de demonstração.
- (C) por não ser evidente, não pode ser demonstrada.
- (D) pode ser demonstrada apenas pelos seus efeitos.
- (E) por ser indiretamente evidente, pode ser demonstrada.

33. As histórias da filosofia tradicionalmente não reconheciam no Renascimento importância ou especificidade do ponto de vista filosófico, sendo apenas um período de transição entre a Idade Média e a Modernidade. Atualmente, entretanto, essa tendência tem mudado, e o Renascimento tem sido visto como detentor de uma identidade própria, desenvolvendo uma concepção específica de filosofia e do estilo de filosofar que, se rompe com a escolástica medieval, por outro lado não se confunde inteiramente com a filosofia moderna.

(Marcondes, 2010. Adaptado)

Para Danilo Marcondes, a principal contribuição filosófica do Renascimento para a filosofia moderna foi

- (A) a adoção do geocentrismo.
- (B) o movimento humanista.
- (C) o abandono do platonismo.
- (D) a defesa da teocracia.
- (E) o método da dúvida radical.

34. Ressaltam Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins que: “No percurso realizado por Descartes, nota-se uma incontestável valorização da razão, do entendimento, do intelecto. Como consequência, acentua-se o caráter absoluto e universal da razão, que, partindo do *cogito*, e só com suas próprias forças, descobre todas as verdades possíveis. Daí a importância de um método de pensamento, como garantia de que as imagens mentais – ou representações da razão – correspondam aos objetos a que se referem, que, por sua vez, são exteriores à própria razão” (2009).

Com base na análise de Aranha e Martins (2009), cabe afirmar que, para Descartes,

- (A) verdades racionalmente justificadas independem de raciocínios lógicos.
- (B) regras metodológicas precisam incluir aspectos sociais e históricos.
- (C) certezas indubitáveis resultam da validação de dados dos sentidos.
- (D) instrumentos metafísicos de verificação empírica são necessários.
- (E) representações mentais devem corresponder aos objetos a que se referem.

35. O modelo heliocêntrico de cosmo foi inicialmente proposto por Copérnico no século XVI, baseado, segundo suas próprias palavras, nos antigos pitagóricos. De início, foi proposto apenas como hipótese, o que o tornava mais facilmente aceitável. Mas não foi aceito de imediato, apesar da maior precisão dos cálculos de Copérnico, talvez porque abalasse crenças arraigadas na ideia da Terra fixa no centro do universo.

(Marcondes, 2010. Adaptado)

Segundo Danilo Marcondes, a confirmação empírica do modelo copernicano ocorreu no século XVII graças

- (A) às observações de Galileu Galilei por meio do telescópio.
- (B) aos cálculos sobre o movimento terrestre de John Locke.
- (C) aos estudos sobre meteoros feitos por René Descartes.
- (D) ao modelo de sistema planetário proposto por Tycho Brahe.
- (E) às previsões do movimento estelar feitas por Cláudio Ptolomeu.

36. Como apontam Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins: “O filósofo inglês John Locke elaborou sua teoria do conhecimento na obra *Ensaio sobre o entendimento humano*, que tem por objetivo saber qual é a essência, qual é a origem, qual é o alcance do conhecimento humano” (2009. Adaptado).

De acordo com Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins, o conhecimento, para Locke,

- (A) decorre de raciocínios dedutivos válidos.
- (B) precisa de demonstrações metafísicas.
- (C) resulta de revelações divinas irrefutáveis.
- (D) depende da posse de ideias inatas.
- (E) começa com a experiência sensível.

37. A noção de causalidade, ou seja, a crença na existência de um princípio causal que relaciona os fenômenos naturais, constituindo-se em uma lei universal, explicando a própria racionalidade do real em termos da relação causa-efeito, e estabelecendo assim um nexos, um elo causal entre tudo o que acontece, é um pressuposto filosófico que remonta aos filósofos pré-socráticos. Entretanto, Hume questiona a realidade objetiva desse princípio causal.

(Marcondes, 2010. Adaptado)

Ressalta Danilo Marcondes que, no clássico exemplo das bolas de bilhar, Hume argumenta que

- (A) o movimento de todos os objetos é intencional.
- (B) há uma conexão necessária entre as coisas.
- (C) as interações causais são inobserváveis.
- (D) os fenômenos ocorrem por vontade divina.
- (E) a mecânica aristotélica explica o movimento.

38. Em a *Crítica da Razão Pura*, Immanuel Kant aponta que: “Não se pode duvidar de que todos os nossos conhecimentos começam com a experiência, porque, com efeito, como haveria de exercitar-se a faculdade de se conhecer se não fosse pelos objetos que, excitando os nossos sentidos, de uma parte, produzem por si mesmos representações, e, de outra parte, impulsionam a nossa inteligência a compará-los entre si, a reuni-los ou separá-los, e deste modo à elaboração da matéria informe das impressões sensíveis para esse conhecimento das coisas que se denomina experiência?” (1999. Adaptado).

Para Kant, embora todos os conhecimentos comecem com a experiência,

- (A) a vontade de saber envolve faculdades volitivas que permitem a construção do conhecimento natural.
- (B) o conhecimento empírico é um composto de impressões e contribuições da faculdade cognoscitiva.
- (C) a percepção é fundamental para a produção de cenários contrafactuais sobre a realidade física.
- (D) o conhecimento metafísico usa verdades reveladas em suas inquirições sobre entidades sobrenaturais.
- (E) o conhecimento lógico utiliza a experiência apenas na demonstração de sistemas paraconsistentes.

39. Hegel introduz uma noção nova, a de que a razão é histórica, ou seja, a verdade é construída no tempo. Partindo da noção kantiana de que a consciência (ou o sujeito) interfere ativamente na construção da realidade, propõe o que se chama filosofia do devir, do ser como processo, como movimento, como vir-a-ser. Desse ponto de vista, o ser está em constante transformação, donde surge a necessidade de fundar uma nova lógica.

(Aranha e Martins, 2009. Adaptado)

A “nova lógica”, a que se referem Maria Lúcia de A. Aranha e Maria Helena Pires Martins, problematiza o

- (A) princípio da identidade.
- (B) raciocínio abduutivo.
- (C) princípio do terceiro incluído.
- (D) princípio da não contradição.
- (E) raciocínio indutivo.

40. Em *Iniciação à história da filosofia*: dos pré-socráticos a Wittgenstein, Danilo Marcondes explica que: “Marx não foi estritamente um filósofo, embora tenha uma obra filosófica importante; sua filosofia, bem como suas ideias revolucionárias, foram forças teóricas e políticas fundamentais do séc. XX. Historiador, cientista político, sociólogo, economista, jornalista, ativista político e revolucionário, além de filósofo” (2010. Adaptado).

Segundo Danilo Marcondes (2010), Marx concebia sua própria obra como

- (A) limitando o alcance de correntes materialistas em prol de um idealismo radical.
- (B) desempenhando um papel crítico de movimentos progressistas do século XIX.
- (C) reforçando o papel revolucionário de correntes político-religiosas reformistas.
- (D) superando os limites estritos e os rumos tradicionais da filosofia teórica moderna.
- (E) destacando a força crítica da epistemologia positivista de inspiração clássica.

41. Maria Tereza Sadek, na obra organizada por Francisco Weffort *Os clássicos da política*, explica que: “o maquiavelismo serve a todos os ódios, metamorfoseia-se de acordo com os acontecimentos, já que pode ser apropriado por todos os envolvidos em disputa. É uma forma de desqualificar o inimigo, apresentando-o sempre como a encarnação do mal. Personificando a imoralidade, o jogo sujo e sem escrúpulos, o “maquiavelismo”, ou melhor, o “antimaquiavelismo” tornou-se mais forte do que Maquiavel.”

(Sadek, M.T.In: Weffort, 2006. Adaptado)

Ressalta Maria Tereza Sadek que, efetivamente, o chamado “antimaquiavelismo” é concebido como

- (A) uma interpretação consagrada baseada na análise rigorosa da obra.
- (B) um movimento de dominação econômica do capital internacional.
- (C) um resultado de interpretações elogiosas de cunho religioso.
- (D) uma forma de criticar a opressão dos donos dos meios de produção.
- (E) um mito que sobrevive independentemente da obra que lhe deu origem.

42. Em carta dirigida a F. Vettori, Maquiavel escreve: “Minha missão é falar sobre o Estado”. Este trecho da carta revela sua “predestinação” inarredável: falar sobre o Estado. De fato, sua preocupação em todas as suas obras é o Estado. Não o melhor Estado, aquele tantas vezes imaginado, mas que nunca existiu. Mas o Estado real, capaz de impor a ordem. Maquiavel rejeita a tradição idealista de Platão, Aristóteles e Tomás de Aquino e segue a trilha inaugurada pelos historiadores antigos, como Tácito, Políbio e Tito Lívio. Seu ponto de partida e de chegada é a realidade concreta.

(Sadek, M. T. In: Weffort, 2006. Adaptado)

Maria Tereza Sadek indica que, em suas obras, Maquiavel enfatiza

- (A) o papel de Deus na política.
- (B) a verdade efetiva das coisas.
- (C) a análise de teorias éticas.
- (D) o dever-ser ético-político.
- (E) o poder da propriedade privada.

43. Na coletânea intitulada *Os clássicos da política*, Renato Janine Ribeiro aponta que a concepção de estado de natureza do ser humano é fundamental para compreender o pensamento de Thomas Hobbes: “Todo ser humano é opaco aos olhos de seu semelhante – eu não sei o que o outro deseja, e por isso tenho que fazer uma suposição de qual será a sua atitude mais prudente. Como ele também não sabe o que quero, também é forçado a supor o que farei”.

(In: Weffort, 2006. Adaptado)

Devido à opacidade intrínseca do ser humano, Hobbes defende que

- (A) a guerra de todos contra todos se deve ao pacto social.
- (B) a democracia direta é o regime de governo mais eficaz.
- (C) o mais razoável para o ser humano é atacar primeiro.
- (D) a monarquia hereditária é o regime político natural.
- (E) o estado deve proteger os cidadãos mais ricos e fortes.

44. No capítulo intitulado *John Locke e o individualismo liberal*, Leonel Itaussu Almeida Mello afirma:

“Para John Locke o estado de natureza era um estado de relativa paz, concórdia e harmonia. Nesse estado pacífico, os seres humanos já eram dotados de razão e desfrutavam da propriedade na acepção tradicional, em sentido estrito, significava especificamente a posse de bens móveis ou imóveis.”

(In: Weffort, 2006. Adaptado)

John Locke também propôs uma acepção geral da noção de “propriedade” referindo-se

- (A) ao direito natural de escravizar prisioneiros de guerra e população civil.
- (B) aos recursos naturais do novo mundo em benefício dos povos europeus.
- (C) à riqueza obtida graças a juros, empréstimos e movimentações financeiras.
- (D) à vida, à liberdade e aos bens como direitos naturais do ser humano.
- (E) aos saques, territórios ocupados e conquistados em guerras e invasões.

45. Em coletânea organizada por Francisco Weffort, intitulada *Os clássicos da política*, J. A. Guilhon Albuquerque esclarece que, para Montesquieu: “Tal como é possível estabelecer as leis que regem os corpos físicos a partir das relações entre massa e movimento, também as leis que regem os costumes e as instituições são relações que derivam da natureza das coisas. Mas aqui se trata de massa e movimento de outra ordem, a massa e o movimento próprios da política, que poderiam corresponder, se precisássemos levar adiante a metáfora, a quem exerce o poder e como ele é exercido.

(In: Weffort, 2006. Adaptado)

Ao estabelecer esse paralelo entre leis naturais e leis políticas, Montesquieu está dialogando com

- (A) a doutrina de estado de John Locke.
- (B) o mecanicismo de Thomas Hobbes
- (C) o conceito de virtude de Tomás de Aquino.
- (D) a física de Isaac Newton.
- (E) a concepção de poder de Nicolau Maquiavel.

46. No capítulo intitulado *Rousseau: da servidão à liberdade*, Milton Meira do Nascimento aponta que o ingresso de Jean-Jacques Rousseau: “na república das letras deu-se com a obtenção do prêmio concedido pela Academia de Dijon, na França, que havia proposto como tema para uma dissertação a pergunta ‘O restabelecimento das ciências e das artes teria contribuído para aprimorar os costumes?’ Ao responder negativamente a essa questão, Rousseau iria marcar uma posição bem diferente daquela do espírito da época. Afirma Rousseau que se nossas ciências são inúteis no objeto a que se propõem, são ainda mais perigosas pelos efeitos que produzem”.

(In: Weffort, 2006. Adaptado)

Considerando a posição de Rousseau apresentada no excerto, teria sido ele contra os princípios do Iluminismo?

- (A) Não, porque defende o papel da ciência para o desenvolvimento industrial.
- (B) Sim, pois considera que a sociedade deve priorizar a educação financeira.
- (C) Não, porque ressalta a relevância epistemológica e moral do amor à sabedoria.
- (D) Sim, pois considera que os princípios do Iluminismo são contrários à religião.
- (E) Não, visto que valoriza a importância científica do argumento da autoridade.

47. Analisando a obra filosófica de John Stuart Mill, Elizabeth Balbachevsky esclarece: “Com Mill, o liberalismo despe-se de seu ranço conservador, defensor do voto censitário e da cidadania restrita, para incorporar em sua agenda todo um elenco de reformas que vão desde o voto universal até a emancipação da mulher. Na obra de Mill podemos acompanhar um esforço articulado e coerente para enquadrar e responder as demandas do movimento operário inglês”.

(In: Weffort, 2006. Adaptado)

Dessa forma, como indicado no excerto, a obra de Stuart Mill expressa

- (A) um compromisso com as liberdades e os ideais democráticos do século XIX.
- (B) uma antecipação da ditadura do proletariado e do materialismo dialético.
- (C) um modo de preservar os privilégios da monarquia parlamentar inglesa.
- (D) um anseio pela restauração da monarquia depois da revolução puritana.
- (E) uma defesa dos direitos dos proprietários de terras e dos capitalistas.

48. Marilena Chauí, no livro *Boas-vindas à Filosofia*, ressalta que: “As indagações fundamentais da atitude filosófica e da reflexão filosófica não se realizam ao acaso, segundo preferências e opiniões de cada um de nós. A Filosofia não é um “eu acho que” ou um “eu gosto de”. Não é pesquisa de opinião à maneira dos meios de comunicação de massa. Não é pesquisa de mercado para conhecer preferências dos consumidores, a fim de montar uma propaganda”.

(Chauí, 2010)

Para Marilena Chauí, por conseguinte, as indagações filosóficas são realizadas

- (A) por associação de ideias.
- (B) com base em ideias inatas.
- (C) ordenando intuições.
- (D) pela experiência sensível.
- (E) de modo sistemático.

49. A atitude filosófica é uma atitude crítica. De modo geral, costuma-se julgar que a palavra “crítica” significa “ser do contra”, dizer que tudo vai mal, tudo está errado ou é feio ou é desagradável. “Crítica” parece significar mau humor e coisa de gente chata ou pretensiosa, que imagina saber mais e melhor que os outros.

(Chauí, 2010. Adaptado)

Marilena Chauí ressalta que a crítica filosófica se refere

- (A) ao exame rigoroso de dogmas para compatibilizar fé e racionalidade.
- (B) à capacidade de julgar, examinar e avaliar racionalmente algo.
- (C) ao uso correto do conceito marxista de materialismo dialético.
- (D) ao esforço de aplicar corretamente o método da dúvida radical.
- (E) à busca de verdades certas e inquestionáveis na história universal.

50. Juvenal Savian Filho, no livro *Argumentação*: a ferramenta do filosofar, defende que: “Ao nos aproximarmos de um texto, devemos, antes de tudo, deixá-lo “falar”. Em outras palavras, isso quer dizer que, antes de o interpretarmos ou de darmos nossa opinião sobre ele, devemos lê-lo e entendê-lo segundo a maneira como seu autor o construiu” (2010).

Segundo Juvenal Savian Filho, no primeiro contato com uma obra filosófica, o leitor precisa

- (A) acompanhar suas personagens.
- (B) respeitar a ordem de suas razões.
- (C) analisar dogmaticamente seus conceitos.
- (D) questionar seus princípios velados.
- (E) problematizar suas teses centrais.

51. Ao estudar questões relacionadas à argumentação filosófica, Juvenal Savian Filho alerta que é preciso considerar que: “nem todos os textos filosóficos contêm uma argumentação explícita. Alguns deles são propositalmente escritos na forma de aforismos, ou seja, de afirmações sucintas e diretas sobre o pensamento de um autor (2010. Adaptado).

Segundo Juvenal Savian Filho, para compreender adequadamente aforismos filosóficos, é necessário

- (A) buscar o princípio primeiro da obra subjacente a todos os textos.
- (B) lê-los isoladamente procurando seu significado implícito subjacente.
- (C) procurar seu significado no contexto histórico-social de sua escrita.
- (D) situá-los no conjunto da obra e ler comentários de especialistas.
- (E) utilizar a imaginação literária e supor suas intenções ocultas.

52. Na obra *Ética prática*, Peter Singer indica que: “Algumas pessoas pensam que a ética é inaplicável ao mundo real por a encararem como um sistema de regras curtas e simples do tipo “Não mintas”, “Não roubes” ou “Não mates”. Não admira que quem adota esta visão da ética pense que esta não se adapta às complexidades da vida. Em situações invulgares, as regras simples entram em conflito; e, mesmo quando isso não acontece, seguir uma regra pode levar ao desastre” (2018. Adaptado).

Segundo Peter Singer, as limitações próprias da aplicação de regras éticas simples

- (A) afetam apenas parcialmente o sucesso da ética.
- (B) permitem a superação do perspectivismo moral.
- (C) são insuperáveis de modo consistente.
- (D) comprometem as tradições ético-relativistas.
- (E) revelam as limitações da razão humana.

53. A Bioética passou, desde os anos de 1970 até a atualidade, por várias etapas de desenvolvimento histórico. A última etapa, de ampliação conceitual, caracteriza-se após a homologação, em 10 de outubro de 2005, em Paris, da Declaração Universal de Bioética e Direitos Humanos da UNESCO, a qual, além de confirmar o caráter pluralista e multi-inter-transdisciplinar da bioética, amplia definitivamente sua agenda para além da temática biomédica-biotecnológica inicial.

(Garrafa, 2005. Adaptado)

A ampliação da temática tratada pela Bioética mencionada no excerto passou a incorporar

- (A) questões teóricas da ética do dever.
- (B) regulamentos para os comitês de ética.
- (C) cálculos éticos do utilitarismo.
- (D) princípios morais consequencialistas.
- (E) problemas sociais e ambientais.

54. Os pressupostos racistas partilhados pela maioria dos Europeus na virada do século XIX ao XX são hoje totalmente inaceitáveis, pelo menos na vida pública. Um poeta não poderia hoje escrever sobre: “raças inferiores à margem da lei” e manter – e até aumentar – a sua reputação, como fez Rudyard Kipling em poema de 1897 que celebrava os 60 anos no trono britânico da Rainha Vitória. Não quer isto dizer que os racistas tenham desaparecido, mas apenas que têm de disfarçar o seu racismo se quiserem que a sua política e as suas ideias tenham alguma possibilidade de aceitação. O princípio de que todos os seres humanos são iguais faz parte da ortodoxia política e ética dominante.

(Singer, 2018. Adaptado)

Segundo Peter Singer, o princípio da igualdade supõe que

- (A) todos os cidadãos devem ter os mesmos direitos em estados democráticos.
- (B) os direitos de todas as pessoas devem ser proporcionais a seus esforços.
- (C) os interesses de todas as pessoas devem receber consideração moral.
- (D) todas as pessoas são iguais perante a lei e devem ser igualmente tratadas.
- (E) o merecimento de todas as pessoas deve ser a medida da consideração moral.

55. Embora recebam críticas, os investigadores estadunidenses vêm trabalhando a bioética a partir exclusivamente dos quatro princípios tradicionais: autonomia, beneficência, não maleficência e justiça. A teoria *principlista* tomou como fundamento esses quatro princípios básicos, os quais seriam uma espécie de “mantra”, um instrumento acessível e prático para análise dos conflitos surgidos no campo bioético. Como esse contexto foi produzido a partir da visão anglo-saxônica do mundo, o tema da *autonomia* foi maximizado hierarquicamente com relação aos outros três, tornando-se uma espécie de superprincípio.

(Garrafa, 2005. Adaptado)

Segundo o autor, a prioridade atribuída ao princípio bioético da autonomia é contestável porque

- (A) privilegia uma perspectiva bioética individualista.
- (B) desconsidera a relevância bioética do sofrimento.
- (C) impõe a obrigatoriedade do uso de biotecnologia.
- (D) está de acordo com princípios religiosos cristãos.
- (E) favorece os interesses da indústria farmacêutica.

56. Peter Singer, no livro *Ética prática*, explicita que: “A argumentação contra a utilização de animais para a alimentação ganha especial relevância quando os animais são submetidos a condições de vida miseráveis para os seres humanos disporem da sua carne ao mais baixo custo possível. As modernas formas de criação intensiva aplicam a ciência e a tecnologia em prol da atitude segundo a qual os animais são objetos para o nosso uso” (2018. Adaptado).

Para Peter Singer, o argumento apresentado no excerto

- (A) resulta da efetiva superioridade humana sobre os demais animais.
- (B) alerta para o custo da proteína animal para consumo humano.
- (C) justifica um especismo necessário para alimentar a humanidade.
- (D) questiona a eficiência da cadeia produtiva de combate à fome.
- (E) problematiza a imposição de sofrimento a seres sencientes.

57. Volnei Garrafa enfatiza que: “A rapidez dos avanços científicos e tecnológicos exigiu que as diversas áreas de conhecimento envolvidas com os fenômenos relacionados ao nascimento, vida e morte das pessoas se adequassem à nova realidade. A filosofia, por exemplo, viu-se repentinamente obrigada a caminhar com agilidade compatível à evolução dos conceitos e das descobertas e com as conseqüentes mudanças que passaram a se verificar no cotidiano das pessoas e coletividades” (2005. Adaptado).

Segundo Volnei Garrafa, a situação descrita no excerto implicou que

- (A) fossem retomadas teorias éticas clássicas para clarificarem questões atuais.
- (B) parâmetros morais seculares passassem a ser questionados e transformados.
- (C) novos critérios decisórios fossem buscados em todas as religiões praticadas.
- (D) fosse abandonada a multidisciplinaridade por sua difícil implementação.
- (E) perspectivas éticas tecno-científicas passassem a ser amplamente adotadas.

58. Em sua obra *Ética prática*, Peter Singer rejeita a concepção clássica da racionalidade intrínseca da ação ética benevolente, problematizando teses levantadas, por exemplo, por Thomas Nagel, quem busca justificar a necessidade racional da ação altruísta. Mas Peter Singer preserva um papel para a razão na ética, entendendo: “a racionalidade, num sentido amplo, o qual inclui a consciência de si mesmo e a reflexão sobre a natureza e a finalidade da nossa própria existência”. (2018. Adaptado).

Segundo Peter Singer, a racionalidade

- (A) proporciona instrumentos lógicos para detectar juízos morais incorretos.
- (B) propicia a elaboração de juízos éticos válidos a partir de normais locais.
- (C) oferece o conhecimento necessário para evitar implicações relativistas.
- (D) possibilita preocupações éticas mais amplas do que o interesse pessoal.
- (E) permite a formulação de princípios éticos imperativos para o agir moral.

59. Madalena da Silva, Joel Cezar Bonin e Ramón Garrote (2023), no artigo intitulado *Elementos da cultura digital para o ensino de filosofia no Ensino Médio: o que dizem as pesquisas?*, ressaltam que: “Como área do conhecimento humano, a Filosofia tem sido considerada ultimamente como conhecimento obsoleto e desnecessário e isso se explica, muitas vezes, porque no mundo contemporâneo, vemos que há uma supervalorização do tecnicismo e do pragmatismo, que consideram apenas válido o conhecimento que tem caráter útil”.

Para os autores, tal concepção tecnicista e utilitarista é equivocada porque a Filosofia

- (A) está presente em inúmeras facetas da vida contemporânea.
- (B) permanece como área complexa, abstrata e intelectualizada.
- (C) deve se voltar à preservação da tradição cultural ocidental.
- (D) privilegia a interpretação de textos dos pensadores clássicos.
- (E) promove a análise histórico-filosófica na ótica construtivista.

60. Dentre os desafios enfrentados pelo ensino de Filosofia encontram: (i) o desinteresse dos estudantes, pois muitos estudantes do ensino médio não veem a Filosofia como uma disciplina relevante para suas vidas e, por isso, podem ter dificuldades para se engajar com os conteúdos e para participar das discussões em sala de aula; (ii) há preconceitos em relação à Filosofia, como a ideia de que ela é uma disciplina abstrata e sem utilidade prática, o que pode afastar os estudantes da disciplina; (iii) dificuldade de compreensão dos conceitos filosóficos, especialmente daqueles que são mais complexos e abstratos, o que pode prejudicar a aprendizagem.

(Silva, Bonin e Garrote, 2023. Adaptado)

Considerando os desafios apresentados no excerto, Madalena da Silva, Joel Cezar Bonin e Ramón Garrote sugerem

- (A) abandonar o ensino de temas, problemas e questões filosóficas tradicionais.
- (B) ministrar aulas de língua portuguesa para facilitar a aprendizagem filosófica.
- (C) engajar os alunos e tornar os conteúdos mais acessíveis e compreensíveis.
- (D) ensinar os alunos técnicas lógicas de argumentação e interpretação de textos.
- (E) utilizar as fontes filosóficas primárias ao invés de manuais e apostilas prontas.

